



Ata n.º 33 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2016, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniram a Mesa e os Coordenadores da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Audiência à “Também Somos Portugueses”

2. Outros assuntos

Dirigida pelo **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** na qualidade de Vice-Presidente e em substituição do Presidente da Comissão, Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto, a reunião iniciou-se com a apresentação do convidado - o Senhor Paulo Costa, em representação da Plataforma “Também Somos Portugueses” -, a quem agradeceu a presença.

Numa intervenção inicial, o **Senhor Paulo Costa** agradeceu ter-lhe sido concedida a audiência, tendo começado por explicar que o Movimento que representava era um grupo informal que congregava várias Associações e ativistas cívicos e incluía Conselheiros das Comunidades Portuguesas de várias partes do mundo.

Esclareceu que o Movimento tinha como objetivo o aumentar a participação política dos portugueses no estrangeiro, tendo sido iniciado por uma campanha de apelo ao recenseamento eleitoral, no âmbito da qual haviam constatado um conjunto amplo de dificuldades no recenseamento e na votação. Anunciou terem em curso a recolha de assinaturas para uma petição que visa a alteração de várias Leis Eleitorais no que respeita ao voto dos emigrantes e explicitou que, nesse sentido, o Movimento apresentava um desafio para que o tema fosse discutido em Conferência a organizar com o apoio da Assembleia da República, designadamente para avaliação das soluções de outros países e da discussão desenvolvida sobre o tema pelo Parlamento Europeu, para recolha das posições das várias forças políticas.

Recordou que o Reino Unido recebera, nos últimos anos, 150 mil emigrantes portugueses e que apenas cerca de 10 a 15% dos portugueses que vivem no estrangeiro estão recenseados nos respetivos consulados, e desses apenas uma escassa minoria vota, o que contribuíra para um défice democrático no estrangeiro. Apelou à simplificação do processos eleitoral e à possibilidade de utilização de novas tecnologias.

Intervieram, em seguida, os Senhores **Deputados Paula Teixeira da Cruz (PSD), Paulo Pisco (PS), Domicilia Costa (BE), Carla Cruz (PCP), Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), Fernando Negrão (PSD)** e o Senhor **Vice-Presidente**, que, após cumprimentarem o representante do Movimento “Também somos Portugueses”, a quem reconheceram o caminho de defesa da cidadania, manifestaram nada ter a opor à Conferência proposta, a realizar porventura em Outubro de 2016, em modelo a definir com a Comissão, sobretudo por ter por objeto matéria que constituía uma preocupação de todos os Grupos Parlamentares. Assinalaram que os números baixos da participação dos Portugueses residentes no estrangeiro impunha a necessidade de encontrar e promover melhores formas de reforço da participação cívica e aproximar estes cidadãos do seu país, fim para o qual o debate proposto muito poderia contribuir, designadamente para apreciação das vantagens e dificuldades de exequibilidade técnica do voto eletrónico exercido em condições de segurança, remoção de dificuldades, incluindo temporais, no recenseamento, afastamento dos cidadãos em relação à rede consular, manutenção da liberdade de voto e reflexão sobre outras modalidades de voto não presencial, avaliação do voto em mobilidade, consequências do recenseamento automático, necessidade de modernização do sistema eleitoral.

Em resposta às questões e observações suscitadas, o Senhor Paulo Costa explicou que a sugestão de realização da conferência sobre “A participação política dos portugueses no estrangeiro”, numa tentativa de facilitação da sua organização, reunia propostas de entidades e personalidades com interesse na matéria suscetíveis de serem convidadas como oradoras, mas não constituía um documento fechado. Recordou exemplos de mecanismos de recenseamento e de voto de outros países Europeus que poderiam constituir exemplos de soluções novas para o nosso sistema eleitoral e opinou que a alteração legislativa que defendiam teria de ser necessariamente complexa para poder acautelar todas as situações e, sobretudo, resolver os constrangimentos do recenseamento, problema que poderia vir a ser atenuado com as recentemente anunciadas alterações a introduzir na Lei do Cartão de Cidadão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Vice-Presidente da Comissão** agradeceu a presença do Senhor Paulo Costa, a quem apresentou cumprimentos de despedida, tendo seguidamente dado por encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e vinte minutos.

O registo áudio da presente reunião é consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160621_1.mp3

Palácio de S. Bento, 21 de Janeiro de 2016

O Vice-Presidente da Comissão,


(Pedro Filipe Soares)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Carla Cruz
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Paula Teixeira da Cruz
Wanda Guimarães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Sérgio Sousa Pinto

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 29/06/2016.